



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº. ....  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica:.....

**PROTOCOLO 01-065050/2022****PARECER Nº 029/2022-DP-4**

**EMENTA:** EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGIA 24 HORAS, DESARMADO E UNIFORMIZADO PARA GUARDA E ZELO DE IMÓVEL PROPRIEDADE DA COMPANHIA - CUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS - REQUISITOS LEI 13.303/2016 e do REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS.

Mediante o presente, a Comissão Permanente de Licitação da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A, encaminha o processo administrativo para parecer jurídico acerca da Impugnação interposta pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná - SINDESP/PR, sob a alegação de que a descrição dos serviços contidas no termo de referência, bem como as obrigações constantes no presente Edital seriam incompatíveis com a atividade de Vigia, devendo ser alterado para o cargo de Vigilante. Pugnou pelo acolhimento da presente Impugnação, reconhecendo-se os equívocos do presente Edital e adequando-se o objeto do instrumento convocatório para serviços de vigilância privada e não de vigia.

Recebida a Impugnação pelo Pregoeiro e equipe de apoio designados para o certame, foi ao final proferida a decisão em anexo, na qual NEGOU-SE PROVIMENTO a IMPUGNAÇÃO, visto que o Pregoeiro e a Equipe de Apoio entenderam que estão equivocadas as conclusões apresentadas pela Impugnante, visto que não restou demonstradas as irregularidades apontadas, não havendo provas das alegações feitas pela Impugnante, e ao contrário disto, restou claro e evidente que a necessidade da Contratação da Companhia é de um Vigia para período integral, devendo-se apenas alterar em parte o texto da justificativa da contratação para adequá-lo aos serviços de vigia que se pretende contratar.



CURITIBA



CURITIBA S.A.

Folha nº. ....  
DP4 - Curitiba S.A.  
Rubrica:.....

Desta forma, da análise das singelas razões trazidas no Recurso de Impugnação, tem-se que está a Recorrente a cometer um equívoco interpretativo, eis que está querendo adentrar na discricionariedade da Administração, na medida em que está tentando ensinar a instituição de como deve agir ao realizar as suas contratações.

No presente caso, as alterações sugeridas no Edital não devem ser aceitas, pois as exigências e descrições contidas no presente Edital estão devidamente justificadas pelas necessidades da Companhia (Administração) em contratar.

Não pode a Impugnante definir qual o tipo de prestador de serviço que a Administração necessita contratar, esta é uma prerrogativa que cabe a contratante Curitiba S/A quanto empresa submetida aos ditames e regramento da Administração Pública.

Com esse objetivo é que foi deflagrado o presente certame, definindo-se o conteúdo da vantagem a ser obtida e o fim a ser satisfeito e para tal fixou-se as exigências e requisitos a serem cumpridos e observados para a participação na licitação, visando sempre o melhor atendimento ao interesse da Companhia, tudo nos exatos termos da legislação aplicável.

Da análise da minuta do instrumento convocatório e respectivos anexos, temos a considerar que estão em consonância com as determinações legais, razão pela qual, por não ter sido observado qualquer vício que inviabilize a continuidade do processo licitatório e desde que observadas as formalidades legais, tem-se que o Pregão Eletrônico nº 002/2022 está em consonância com o ordenamento jurídico vigente, estando apto para a continuidade.

Diante disto, nos termos da fundamentação consignada na presente, bem como nas demais informações e documentos contidos no processo em epígrafe, nos quais se mostram latentes o cumprimento das disposições legais aplicáveis ao certame licitatório em questão, observadas as exigências de ordem legal e estando o Pregão Eletrônico nº 002/2022 em consonância com as determinações da Lei 13.303/2016, esta Supervisão Jurídica é de parecer pela manutenção do posicionamento exarado em anexo, pelo Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Curitiba, 02 de Maio de 2022.

**Ricardo Costa Maguetas**  
**Assessor Jurídico**  
**OAB/PR 28.275**